

Habitação social como oportunidade social e a importância para o desenvolvimento do município de Ijuí/RS

Social housing as a social opportunity and the importance for the development of the municipality of Ijuí/RS

La vivienda social como oportunidad social y la importancia para el desarrollo del municipio de Ijuí/RS

Recebido: 07/12/2020 | Revisado: 11/12/2020 | Aceito: 15/12/2020 | Publicado: 18/12/2020

Mariane Cristina Camargo Finkler

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1705-8001>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: vidracariaijuir@gmail.com

Patricia Rodrigues da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6444-6448>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: silva.pati_22@hotmail.com

Airton Adelar Mueller

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6270-5856>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: airtonmueller@unijui.edu.br

Maria Margarete Baccin Brizolla

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5120-0729>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: marga.brizolla@unijui.edu.br

Mauro Alberto Nüske

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4342-7533>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Sociedade Educacional Três de Maio, Brasil

E-mail: mauronuske@gmail.com

Jocias Maier Zanatta

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9366-6500>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: josk85@gmail.com

Nelson José Thesing

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7123-0717>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

Resumo

O presente artigo tem como tema compreender o que é habitação social e quais os benefícios que oferecem para a sociedade para o desenvolvimento do município de Ijuí/RS, desta forma, contribuindo para as discussões sobre. A preocupação que se tem para com aqueles mais necessitados e a busca pelo direito à moradia digna, são ações que remetem muito o assistencialismo, tanto do governo como da comunidade, este tema surgiu com o intuito de demonstrar a realidade das moradias, e o quanto este fenômeno vem contribuindo para o crescimento regional dos municípios. Famílias que muitas vezes são despejadas de suas casas ou de assentamentos irregulares acabam passando necessidades e condições sub-humanas para sobreviver. A pesquisa é baseada no objetivo 11 da Agenda 2030 (ONU 2015), tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. O qual refere-se as Cidades e Comunidades Sustentáveis, e destaca a importância de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Entende-se que é a partir destas relações, estudando as contribuições dos programas Habitacionais, que se pode ingressar na busca de soluções e informação para melhorar as condições humanas e territoriais das cidades.

Palavras-chave: Habitação social; Desenvolvimento local; Agenda 2030.

Abstract

This article has as its theme to understand what social housing and what benefits it offers to society for the development of the municipality of Ijuí / RS, thus contributing to the discussions about. The concern we have for those most in need and the search for the right to decent housing, are actions that refer a lot to assistance, both from the government and the community, this theme came up with the aim of demonstrating the reality of the houses, and how much this phenomenon has contributed to the regional growth of the municipalities. Families that are often evicted from their homes or from irregular settlements end up experiencing subhuman needs and conditions to survive. The research is based on objective 11 of the 2030 Agenda (UN 2015), to make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable. Which refers to Sustainable Cities and Communities, and highlights

the importance of making cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable. It is understood that it is from these relationships, studying the contributions of the Housing programs, that one can enter into the search for solutions and information to improve the human and territorial conditions of cities.

Keywords: Social habitation; Local development; 2030 schedule.

Resumen

Este artículo tiene como tema entender qué vivienda social y qué beneficios ofrece a la sociedad para el desarrollo del municipio de Ijuí / RS, contribuyendo así a las discusiones sobre. La preocupación que tenemos por los más necesitados y la búsqueda del derecho a una vivienda digna, son acciones que se refieren mucho a la asistencia, tanto del gobierno como de la comunidad, este tema surgió con el objetivo de demostrar la realidad de la vivienda, y cuánto este fenómeno ha contribuido al crecimiento regional de los municipios. Las familias que a menudo son desalojadas de sus hogares o de asentamientos irregulares acaban experimentando necesidades y condiciones infrahumanas para sobrevivir. La investigación se basa en el objetivo 11 de la Agenda 2030 (ONU 2015), hacer que las ciudades y los asentamientos humanos sean inclusivos, seguros, resilientes y sostenibles. Que se refiere a Ciudades y Comunidades Sostenibles, y destaca la importancia de hacer que las ciudades y los asentamientos humanos sean inclusivos, seguros, resilientes y sostenibles. Se entiende que es a partir de estas relaciones, estudiando los aportes de los programas de Vivienda, que se puede entrar en la búsqueda de soluciones e información para mejorar las condiciones humanas y territoriales de las ciudades.

Palabras clave: Vivienda social; Desarrollo local, Agenda 2030.

1. Introdução

Tendo em vista que a desigualdade social deve ser uma preocupação constante do poder público e da sociedade em geral, é possível ver que há uma procura em atender necessidades das classes sociais menos favorecidas, sendo assim, surgem políticas públicas que se materializam em Programas de Habitação de Interesse Social.

Os indivíduos vivem em um mundo de instituições. Nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente de que instituições existem e do modo como elas funcionam. Não só as instituições contribuem para nossas liberdades, como também

seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz de suas contribuições para nossa liberdade. Ver o desenvolvimento como liberdade nos dá perspectiva na qual a avaliação institucional pode ocorrer sistematicamente. (SEN, 2002, p. 168)

Considera-se neste trabalho o sistema habitacional, que vem beneficiando muitas famílias dando suporte na questão da moradia, dessa forma, o interesse pelo assunto torna muito relevante, já que muito se vê nas cidades, uma grande predominância de pobreza, e este olhar para os mais necessitados é inevitável.

O tema da pesquisa é Habitação Social como oportunidade social e a importância para o desenvolvimento do município de Ijuí. Nesse sentido, o primeiro item do trabalho apresenta uma contextualização histórica, e posteriormente a agenda das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável no aspecto da habitação como uma das prioridades para o desenvolvimento sustentável e urbano.

A preocupação que se tem para com aqueles mais necessitados e a busca pelo direito à moradia digna, são ações que remetem muito o assistencialismo, tanto do governo como da comunidade, este tema surgiu com o intuito de demonstrar a realidade das moradias, e o quanto este fenômeno vem contribuindo para o crescimento das cidades, desde o surgimento dos programas habitacionais até os dias de hoje.

Há décadas o sistema habitacional vem se transformando e buscando melhores formas de atender a questão da moradia aos mais carentes. Há um trabalho em conjunto com o poder público, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento dos municípios, pode se obter dados que venham demonstrar a realidade dos mais necessitados através do cadastro único e assim é possível promover ações que promovam assistências em determinada situação de cada família.

O Estado é ator político e jurídico determinante para promover transformações no âmbito político, social e econômico. Deve ser um Estado interventor, que produza políticas públicas em busca da efetivação de seu sistema jurídico, que crie normas e ordenamentos jurídicos que possibilitem maior igualdade e justiça social, que atue por meio de seus funcionários na busca da concretização da dignidade da pessoa humana (DIAS, 2010).

As forças políticas, e assistenciais destinadas a famílias carentes, muitas vezes não dão conta da realidade, por isso o fato de estudos relevantes que trazem informações de como está sendo o atendimento aos mais necessitados é de extrema importância, mesmo sendo difícil ter uma visão do todo, mas é necessário fazer esforços para atingir a maioria das famílias,

dependo muitas vezes de recursos do governo e da vontade do poder público para atender esta realidade.

Francelin (2003) declara que é possível encontrar um estudo epistemológico para entender as problemáticas e os avanços do sistema habitacional que busca atender as famílias mais necessitadas. O autor corrobora ao destacar que se faz necessário compreender que existem “novas” estruturas disciplinares presentes no debate sobre a construção científica. Retratando os fatores que influenciam para a gestão das políticas públicas no atendimento das famílias mais carentes.

Segundo Hirano e Estenssoro (2006) “A construção de um sistema de oportunidades sociais potencializa o desenvolvimento humano através do processo de expansão da educação, dos serviços de saúde e de outras condições de vida humana.” No que diz respeito a moradia digna e de qualidade pode se dizer que é benefício de poucos obterem, pois, mesmo sendo um direito assegurado pela Constituição Federal a condição para se ter moradia no Brasil vai de encontro com as oportunidades sociais e ainda assim, muitas famílias que não possuem moradia estão em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social.

De Azevedo (1988) diz que o grande marco do surgimento de legislação e de políticas sociais no Brasil foi a Revolução de 1930. Pode se dizer ainda que com o passar do tempo o destaque e interesse que se deu pelos programas habitacionais foi se tornando cada vez mais visível. A busca pelo desenvolvimento, as compreensões destas prioridades retratam a importância das atitudes para garantir melhores condições de vida da sociedade, buscando uma forma de equacionamento das necessidades básicas e promovendo soluções para melhorar a qualidade de vida dos menos favorecidos.

Entende-se que é a partir destas relações estudando as contribuições dos programas Habitacionais, que se pode ingressar na busca de soluções e informação para melhorar as condições humanas e territoriais das cidades. O estudo, sobre os Programas de Habitação de Interesse Social retratam as contribuições que os beneficiados dos Programas obtiveram, buscando ainda identificar a realidade dos beneficiados retratando o quanto este Programa foi importante para a qualidade de vida dos beneficiados.

A questão da moradia digna e a importância dos Programas de Habitação por Interesse Social no período de 2009 a 2019 contribuem significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do município de Ijuí, assim como trouxe benefícios visivelmente na estrutura e na comunidade, ainda pode se dizer que é um dos fatores a ser estudado e de extrema importância, para o desenvolvimento regional, tendo como destaque o município de Ijuí, que vem crescendo e se desenvolvendo.

É neste contexto que o presente trabalho se justifica analisando os programas habitacionais realizado para gerar qualidade de vida à comunidade e a busca de programas para atender as famílias mais necessitadas no município de Ijuí quanto a moradia digna. Esta pesquisa será realizada junto a Prefeitura e entidades competentes.

É importante também analisar a estrutura do município, pois esta, está em constante desenvolvimento, onde se vê o crescimento populacional das cidades, em muitas vezes não há atendimento a todos que precisam e assim sendo, surge a desigualdade social como um fator preocupante para a sociedade.

Os avanços para melhorar as condições de vida da população é destaque nos tempos de hoje a preocupação com a questão da moradia é estrutural e social, pois é imprescindível uma coerência entre os dois fatores, assim, esse estudo poderá contribuir para os futuros programas e assistências a população de baixa renda entre outros.

Portanto, o surgimento e a deliberação dos programas que começaram a atender famílias a partir do ano de 2009, houveram ainda dificuldades e tendo em vista a problemática das instalações, pode se dizer que muitas famílias foram destinadas a apartamentos os quais foi de grande mudança para aquelas famílias. Atendimento este teve a finalidade daqueles adquirirem a sua moradia digna e de qualidade.

2. Referencial Teórico

Apresenta-se a sustentação teórica da pesquisa, relativamente abordam-se os tópicos que serão estudados na dissertação, como a Trajetória das Políticas Habitacionais Brasileiras, Desenvolvimento local – regional, Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos Humanos, Planejamento Municipal e desenvolvimento socioeconômico, Movimentos Sociais e Capital Social, Política Nacional de Habitação e Legislação dos Programas Habitacionais de Interesse Social.

2.1 Políticas públicas

Nas últimas décadas vem sendo registrado o aparecimento e o crescimento dos estudos em Políticas Públicas, em especial no Brasil, Trevisan e Bellen (2008) destacam esse novo fenômeno deve-se em grande parte pelas alterações históricas, políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade brasileira assim encaradas pelos governos como um desafio, as

quais se traduziram em modificações sobre a forma de compreender, formular e a avaliar suas próprias políticas.

Destaca-se que a função de avaliação sofreu deslocamentos teóricos-discursivos, desta forma tornando-se como ponto de partida a década de 1960 (TREVISAN E BELLEN, 2008). Seguindo ainda a reflexão dos autores A década de 1980 a avaliação pende para a função de alocação, alocação de recursos com base em critérios racionais do processo orçamentário.

Valle (2009) destaca a ideia de política pública de forma como uma decisão formulada por atores governamentais, sendo revestida de autoridades e sujeita a sanções, desta forma destaca-se que tal conceito antecipa o questionamento acerca dos legitimados a produzi-la. Seguindo na mesma linha Silva (2012) apresenta que para a correta associação da política pública ao acontecimento jurídico tem se por início preliminar de passagem o entendimento sobre as deliberações decretadas a partir de atores governamentais, a nortear as ações do estado.

Para definir política pública Aith (2006) destaca abordar a atividade estatal de elaboração, planejamento, execução e financiamento de ações, compreendida com a consolidação do Estado Democrático de Direito e com a promoção e proteção dos direitos humanos. Portanto na formulação de políticas, a administração busca assumir o perfil de transversalidade entre os envolvidos da atuação popular e da administração tradicional, assim os tradicionais paradigmas que serviram de sustento a ação estatal já não são mais suficientes a caracterizar, nem a justificar plenamente atividade do estado contemporâneo (SILVA,2012).

Silva (2012), destaca que o sucesso de uma política pública se relaciona ao grau de conhecimento que se tem sobre o seu objetivo, o que busca maximizar a viabilidade da implantação de programas de ações governamentais, desta forma ao mesmo tempo que em sua eficácia está vinculada ao grau de articulações e seus atores.

2.2 Políticas habitacionais

De acordo com Koury et al. (2003) o levantamento documental da produção de habitação social no país no período de 1930 a 1964 apresenta que na época de Vargas em 1930, os Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAP's e a Fundação da Casa Popular – FCP financiaram ou construíram mais de 140.000 unidades habitacionais, sendo que os dois órgãos implantaram, respectivamente, cerca de 279 e 143 conjuntos habitacionais em todo o país.

O que parecia estar em jogo naquele momento era estabelecer parâmetros para uma produção que conjugasse a qualidade urbanística e arquitetônica das unidades a um bom aproveitamento dos terrenos e a um custo relativamente baixo de construção, na perspectiva de possibilitar uma produção massiva de moradia, no âmbito das intenções de Vargas, que pretendia fazer da produção de habitação com recursos da previdência mais uma marca de sua atuação como protetor dos trabalhadores. (KOURY, 2003, p. 5)

Em 1972, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – CNUMAH (Estocolmo)¹ que já preceituava essa ideia ao afirmar no Princípio 1 da Declaração de Estocolmo o qual dizia que, o homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

Em consequência dos citados estudos e outros nesse sentido, a ONU criou em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual foi presidida por Gro Harlem Brundtland, então Primeira Ministra da Noruega (ficou conhecida como Comissão Brundtland).

Em 1992, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, onde essa nova forma de desenvolvimento foi amplamente aceita e difundida, passando a ser o objetivo da Agenda 21, aprovada na oportunidade, bem como um modelo perseguido pela grande maioria dos países signatários.

A pesquisa é baseada no objetivo 11 da Agenda 2030 (ONU 2015). Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. O qual refere-se as Cidades e Comunidades Sustentáveis, e destaca a importância de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Este objetivo apresenta que transformar significativamente a construção e a gestão de espaços urbanos é essencial para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. Um dos pontos relevantes ao estudo é a preocupação de que até 2030, o objetivo da Agenda visa garantir o acesso de todos à habitação segura adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas. “A história do homem é, segundo Marx Weber, a história de luta de classes, uma luta constante entre interesses opostos, embora nem sempre se manifeste socialmente sob a forma de guerra declarada”. (COSTA, 1987, p.74)

Assim pode-se dizer que o estudo colabora para esta realidade até os tempos de hoje, segundo, Costa (1987) o capitalismo surgiu na história quando por circunstâncias diversas,

uma enorme quantidade de riqueza se acumula nas mãos de uns poucos indivíduos, interessados sempre em obter mais lucros.

2.3 Desenvolvimento local

Desenvolvimento local – regional, conforme Barquero (2002) pode ser visto como um novo paradigma de desenvolvimento, emergindo da organização das comunidades locais em torno de uma estratégia para a ação, em que essas têm uma identidade própria, que as leva a tomarem iniciativas para o fortalecimento de sua capacidade organizacional.

No entender de Durston (1999) a participação da comunidade, seu envolvimento em programas e projetos em prol do desenvolvimento regional, está intimamente ligada às características culturais da comunidade, à confiança, à organização social, enfim à acumulação de capital social.

Segundo Martins (2002), o termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. O desenvolvimento, associado ao progresso material, decorre de uma visão positivista que somente o enxerga no crescimento de taxas e indicadores econômicos (MARTINS, 2002).

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento (SEN, 2002, p. 71).

O comprometimento social interage com a sociedade atual. A busca pela cooperação e pela solidariedade move muitos benefícios em razão de conquistar necessidades para os menos favorecidos. É importante destacar que existem as necessidades básicas, e que muitas famílias não possuem o mínimo para sua sobrevivência. Mesmo sendo em grandes cidades ou cidades menores, a pobreza é grande em muitas localidades.

O desenvolvimento local é, na verdade, um evento *sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade. É certo que compreender o desenvolvimento local requer, indispensavelmente, que se reflita sobre conceitos básicos que, em última análise, estão diretamente implicados no cenário formado pela própria dinâmica da vida e o ambiente de entorno (MARTINS, 2016).

O desenvolvimento local vai além do territorial; busca-se entender o todo, com a participação da sociedade para que aja melhorias em torno das necessidades das pessoas. Procura-se entender, também, o envolvimento dos sujeitos no enfoque da cidadania, mostrando que podem crescer conjuntamente. AGENDA 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

A Organização das Nações Unidas – ONU –, em 2015, teve como prioridade o lançamento da Agenda 2030. Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade (ONU, 2015). Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. A ONU reconhece que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 partiu dos chefes de Estado e de governos e altos representantes, os quais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, de 25 a 27 de setembro de 2015, e deliberaram sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Globais.

De acordo com a ONU, as áreas incluídas são:

- a. Oferecer a todos habitação adequada.
- b. Aperfeiçoar o manejo dos assentamentos humanos.
- c. Promover o planejamento e o manejo sustentáveis do uso da terra.
- d. Promover a existência integrada de infraestrutura ambiental: água, saneamento, drenagem e manejo de resíduos sólidos.
- e. Promover sistemas sustentáveis de energia e transporte nos assentamentos humanos.
- f. Promover o planejamento e o manejo dos assentamentos humanos localizados em áreas sujeitas a desastres.
- g. Promover atividades sustentáveis na indústria da construção.
- h. Promover o desenvolvimento dos recursos humanos e da capacitação institucional e técnica para o avanço dos assentamentos humanos.

No contexto de um ambiente extremamente individualista, seguimos compreendendo que devem ser tomadas cada vez mais iniciativas em prol da comunidade para podermos ajudar na construção de um país melhor. Se cada um fizesse um movimento em prol de ajudar o próximo, seria diferente o que vivemos agora.

No Brasil tem sido crescente a participação da sociedade junto ao poder público na formulação, execução e controle de políticas públicas, fenômeno que veio a ser viabilizado por causa do processo de democratização do país (TENÓRIO, 2017, p. 20).

Agenda 2030 partiu dos Chefes de Estado e de Governo e Altos Representantes, os quais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, de 25 a 27 de setembro de 2015, deliberaram sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais. A Organização das Nações Unidas – ONU, em 2015 teve como prioridade o lançamento da Agenda 2030, esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade (ONU 2015).

A Organização das Nações Unidas também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Ainda, o objetivo supracitado da referida Agenda 2030 traz um compromisso, e também a importância de todo o sistema estratégico de planejamento, para a implementação e elaboração das ações a serem tomadas para as relevantes mudanças, a fim de assegurar um apoio coerente e integrado à sociedade.

A Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030).

3. Procedimentos Metodológicos

A metodologia estabelece os caminhos e os métodos seguidos na realização do estudo. A pesquisa se caracteriza como sendo uma pesquisa aplicada, que conforme Silva e Menezes (2005, p.20), é a que “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais e tem inúmeras possibilidades de aplicação nas ciências sociais”.

Na busca de analisar como se o programa de habitação no município de Ijuí para a população as quais possuem necessidade de buscar por esses programas, a classificação da pesquisa quanto aos objetivos é descritiva a qual objetiva a descrição das características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento das relações entre variáveis. Na visão de Trivinhos (1987), estabelece que o pesquisador tenha uma série de informações sobre o que

deseja investigar, descrevendo as características dos grupos relevantes, determinar as percepções de características de serviços. Essas investigações descritivas podem ser feitas com base nos procedimentos de estudo de caso.

Quanto a abordagem do problema, utilizou-se da pesquisa qualitativa, que de acordo com Martins (2004) identifica questões éticas, pois tem uma ligação devido à proximidade entre pesquisador e pesquisadores. Nas palavras de Oliveira (1997) a pesquisa qualitativa não tem a pretensão de numerar ou medir as unidades, esta pesquisa tem como objetivo situações complexas ou extremidades particulares.

No que se refere aos procedimentos é um estudo de caso, o qual é caracterizado por um estudo com aprofundamentos em um ou de poucos objetos, para poder ter um conhecimento mais amplo e detalhado. Desta forma Yin (2005) menciona que essa tipologia permite investigar um fato dentro do contexto da realidade e pode ser utilizado tanto como pesquisa exploratória, descritiva e explicativa.

Para tanto a pesquisa realizada se deu a partir de uma entrevista com perguntas abertas e fechadas de acordo com o cargo exercido pelos entrevistados, desta forma visando atender ao objetivo proposto. Desta forma os instrumentos utilizados foram análise documental e entrevista informal com questões abertas e fechadas.

A entrevista foi elaborada procurando analisar e conhecer o perfil dos participantes desta dos programas de habitação, tendo em vista mapear a percepção dos envolvidos no processo de habitação do município em estudo.

Neste estudo foi utilizada uma pesquisa com uma entrevista feita com os representantes das entidades envolvidas no processo de assentamentos humanos e políticas habitacionais no município de Ijuí, sendo esta entrevista realizada através de e-mails enviados para obter os resultados e apresentar este estudo.

4. Análise dos Resultados

A entrevista foi realizada via e-mail, por motivos de segurança em decorrência da pandemia que estamos vivenciando, desta forma foi enviado para a responsável pelo programa de habitação do município de Ijuí/RS, esta destacou as principais decorrências no município em relação as pessoas envolvidas com o programa de habitação.

Em um primeiro diagnóstico foi verificado quantos programas habitacionais estão disponíveis no município em estudo e quais são estes. Desta forma buscou-se identificar a partir do ano de 2009 até o momento, sendo assim os programas existentes são: PMCMV

(Federal); Programa de Regularização Fundiária (tem contrapartida do município); Programa de Atendimento em Casos Emergenciais; Programa Benefício Aluguel Social (este já não cabe novos integrantes, permanecendo somente os que já estavam inicialmente). O Quadro a baixo apresenta em quantitativos os beneficiados no município de Ijuí.

Quadro 1. Apresentação dos Imóveis destinados as famílias em Ijuí.

Localização dos imóveis	Quantidades de Imóveis entregues
Resolução 460 FGTS federal /municipal	24 casas
Resolução 518 federal/municipal	114 casas
Emancipar estadual/municipal	20 casas
PAC 1/ Federal /Municipal : Condomínio Frida Heck	30 Apto
PSH Federal/municipal melhorias pulverizadas no bairro Luis Fogliatto	1860 Reformas
PMCMV/ PAC2: Pedreira	24 casas
PMCMV residencial Colmeia	400 Aptos
PMCMV residencial Julio Taube	176 Aptos
PMCMV residencial Minha Casa	240 Aptos
PAC 2 Residencial Pedreira	80 Aptos

Fonte: Autores (2020).

Seguindo a entrevista com a representante dos programas foi questionado quantas famílias no total forma beneficiadas no município desde 2009 até o ano de 2019, desta forma destaca que foi 1.300 famílias entre apartamentos e casas novas, juntamente com as melhorias habitacionais as quais são proporcionadas as famílias as quais precisam de alguma reforma na casa, portanto pode se acrescentar que 30 casas forma de recursos próprio do município, estas que estão enquadradas nos casos emergenciais, de melhorias e também edificações completas.

Portanto umas das questões traz a forma de como é selecionado as famílias a serem beneficiadas, quais são as exigências para que estas possam se classificar para que possam ser beneficiadas com os programas dispostos pelo município. Diante do exposto o programa tem como critérios de avaliação das necessidades o MCMV (Minha Casa Minha Vida), também o município possui alguns decretos os quais são usados pra essa avaliação. Desta forma alguns

dos critérios a serem avaliados são: baixa renda; chefe de família; área de risco; em situação de APP; famílias que tiveram que sair de suas residências com problemas de saneamento básico ou áreas de riscos.

O município de Ijuí busca com os programas e recursos do governo bem como os recursos próprios alocar as famílias com necessidades de forma que todos possam ter uma qualidade de vida no mínimo sustentável proporcionando de forma simples, porém onde todo tem o direito à moradia, para que possam estar amparadas em suas residências, assim diminuindo o número de pessoas sem “teto”.

Um das preocupações do município é o atendimento as políticas públicas ambientais, pois o município busca por essa melhoria de qualidade de vida de todos os munícipes bem como a preservação do meio ambiente. De acordo com Oliveira e Corona (2008) a educação ambiental tendo conhecimento dos valores que os sujeitos possuem diante do meio ambiente este será capaz de buscar novas propostas de que possam atingir grande parte da sociedade, assim buscando provocar mudanças mais efetivas as quais podem contribuir para a sustentabilidade socioambiental.

5. Conclusões

O presente artigo tem como tema compreender o que habitação social e quais os benefícios que oferecem para a sociedade para o desenvolvimento do município de Ijuí/RS. Inicialmente foi realizada uma abordagem a partir de revisão bibliográfica para que se tivesse um maior conhecimento sobre o assunto tratado. Para este estudo foi realizado uma entrevista informal a qual foi encaminhada por e-mail devido a pandemia do COVID-19, para os respectivos responsáveis pelos programas habitacionais do município de Ijuí.

Destaca-se que o município em estudo se preocupa com o bem-estar das famílias que precisam de algum auxílio para que possam ter um mínimo de conforto, sendo assim os programas dispostos para a habitação são os mais diversos assim como apresentados acima. As famílias beneficiadas passam por seleção das suas necessidades as quais são julgadas para o recebimento dos imóveis, alguns imóveis são casas bem como apartamentos, dentre estes casos as famílias que já possuem suas residências, porém precárias tem-se o programa para reformas tornando a moradia apta para uma vida sustentável.

Diante do exposto a preocupação com as famílias alocadas em locais de riscos ou que devem ser liberados por serem do governo, possuem uma análise rigorosa a qual é feita para que possam ser realocadas mantendo assim uma qualidade de vida para todos.

Referências

- Aith, F. (2006). Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 203-233.
- Barquero, A. V. (2002). *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Fundação de Economia e Estatística.
- Bonduki, Nabil. (1998). *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. (4a ed.), São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp.
- Bonduki, N. (2008). Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*.
- Brasil. Constituição (1988). (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado.
- Casarotto Filho, N., Pires, L. H. (2001). *Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local, Estratégias para a conquista da competitividade Global com Base na Experiência Italiana* (2a ed.), Editora Atlas, S.A.
- Costa, M. C. C. (1987). *Sociologia introdução à Ciência da Sociedade*. Editora Moderna.
- De Azevedo, S. (1988). Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*, 22(4), 107-119.
- De Macedo, N. D. (1995). *Iniciação à pesquisa bibliográfica*. Edições Loyola.
- Dias, D. M. D. S., De Justiça, P. (2010). O direito à moradia digna e a eficácia dos direitos fundamentais sociais. *Revista do Ministério Público do Estado do Pará*, 5(1), 65-76.

Ferreira, R. F. C. F. (2014). *Autogestão e Habitação: entre a utopia e o mercado*. 219f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Francelin, M. M. (2003). A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. *Ciência da informação*, 32(2).

Gazola, P. M. (2008). *Concretização do direito à moradia digna: teoria e prática*. Editora Forum.

Grison, A. J. (2003). *Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: Normas técnicas para o curso de Administração da Unijuí*. Ijuí, Ed. Unijuí. (Coleção trabalhos Acadêmicos-científicos. Série textos didáticos).

Hirano, S., Estenssoro, L. (2006). Padrões de desenvolvimento e de oportunidade social na América Latina e no Leste Asiático. *Cadernos Prolam/usp*, 5(9), 107.

De Oliveira, K. A., & Corona, H. M. P. (2011). A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. *Revista Científica ANAP Brasil*, 1(1).

Koury, A. P., Bonduki, N., Manoel, S. K. (2003). Análise tipológica da produção de habitação econômica no Brasil (1930-1964). *V Seminário Nacional DOCOMOMO*, 1-23.

Lopes, L. C. (2013). *A Sociedade Civil Global e o Desenvolvimento Pós-2015*. Rio de Janeiro: CEBRI.

Marguti, B. O., Aragão, T. A. *Habitação e assentamentos precários no Brasil: trajetória e desafios para o alcance da justiça espacial*. In: COSTA, M. A. O Estatuto da Cidade e a Habitat III

Martins, H, H, T. de S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*, 30(2).

Minayo, M. C. S. (org.). (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19º ed. Rio de Janeiro; Vozes.

Oliveira, S. L. de. (1997). *Tratado de Metodologia Científica: Projetos de pesquisas*, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira.

Pnud. (2016). *Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Recuperado de <http://www.pnud.org.br/odm.aspx>.

Prandi, D., Maximo, L., Lima, M. (2015). *Corrigindo os rumos? Conflitos e contradições na conformação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas*. Artigo apresentado no Seminário de Relações Internacionais da Faculdade ASCES: desafios e perspectivas pós-2015, Caruaru (PE).

Putnam, R. D. (2000). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.

Sen, A. (2002). *Desenvolvimento como liberdade*. 2. ed. São Paulo: Schwarcz Ltda.

Silva, R. L. N. da. (2012). Políticas públicas e administração democrática. *Sequência (Florianópolis)*, (64).

Tarrow, S. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.

Tenório, F. G. (1998). Gestão Social: uma perspectiva conceitual. *RAP*. Rio de Janeiro; FGV. 7-23.

Trevisan, A, P., Bellen, H. M. V. (2008). *Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção*. Rio de Janeiro.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas.

Valle, V. R. L. (2009). *Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial*. Belo Horizonte: Fórum.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Zamberlan, L., et al. (2014). *Pesquisa em ciências sociais aplicadas*. In: Pesquisa em ciências sociais aplicadas.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Mariane Cristina Camargo Finkler – 16%

Patricia Rodrigues da Silva – 14%

Airton Adelar Mueller – 14%

Maria Margarete Baccin Brizolla – 14%

Mauro Alberto Nüske – 14%

Jocias Maier Zanatta – 14%

Nelson José Thesing – 14%